

# R C & C

REVISTA DE CONTABILIDADE E CONTROLADORIA

## ANÁLISE DO NÍVEL DE CONSERVADORIZMO CONDICIONAL DAS EMPRESAS BRASILEIRAS LISTADAS NA BM&FBOVESPA APÓS A ADOÇÃO DOS IFRS

***ANALYSIS OF CONDITIONAL CONSERVATISM level of BRAZILIANS COMPANIES LISTED ON  
BM&FBOVESPA AFTER ifrs ADOPTION***

Recebido em 11.07.2012 | Aceito em 30.07.2012 | Segunda versão aceita em 18.08.2012 |

Nota: este artigo foi aceito pelos Editores Romualdo Douglas Colauto e Ademir Clemente e passou por uma avaliação *double blind review*

A reprodução dos artigos, total ou parcial, pode ser feita desde que citada a fonte.

---

*ROSELAINE FILIPIN*

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis | Universidade Regional de Blumenau – FURB | Rua Antônio da Veiga, 140 | Sala D 202 | Bairro Victor Konder | Blumenau-SC | Telefone: (47) 33210565 | E-mail: rosefilipin@yahoo.com.br |

*SILVIO APARECIDO TEIXEIRA*

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis | Universidade Regional de Blumenau – FURB | Rua Antônio da Veiga, 140 | Sala D 202 | Bairro Victor Konder | Blumenau-SC | Telefone: (47) 33210565 | E-mail: silviot@al.furb.br|

*FRANCISCO ANTONIO BEZERRA*

Doutor em Controladoria e Contabilidade | Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade da Universidade de São Paulo | Professor FUCAPE Business School | Av. Fernando Ferrari, 1358 | Bairro Boa Vista | Vitória-ES | E-mail: franciscoab@ibest.com.br |

*PAULO ROBERTO DA CUNHA*

Doutor em Ciências Contábeis e Administração | Universidade Regional de Blumenau – FURB | Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis | Universidade Regional de Blumenau | Rua Antônio da Veiga, 140 | Sala D 202 | Bairro Victor Konder | Blumenau-SC | Telefone: (47) 33210565 | E-mail: pauloccsa@furb.br|

## RESUMO

O estudo trata do conservadorismo condicional, definido como a oportunidade assimétrica de reconhecimento de ganhos e perdas no lucro contábil. O objetivo do estudo é investigar o nível de conservadorismo condicional nas demonstrações contábeis elaboradas segundo os IFRS adotados pelas empresas brasileiras listadas na BM&FBOVESPA. Para tanto, se utilizou pesquisa descritiva, documental e de cunho quantitativo. A população consiste nas empresas listadas na BM&FBOVESPA excluindo-se as empresas financeiras e aquelas que não tinham disponíveis os dados necessários para a análise, o que totalizou uma amostra de 291 empresas. A coleta de dados foi realizada por meio do software Económatica® e o período corresponde aos anos de 2006 a 2010 para obter demonstrações pré e pós adesão aos IFRS pelas empresas pesquisadas. Para que fosse possível verificar o nível de conservadorismo utilizou-se o modelo da equação proposto por Basu (1997) processado no software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS). Concluiu-se que as demonstrações contábeis elaboradas segundo os IFRS são mais conservadoras do que as elaboradas segundo os GAAP brasileiros, dessa maneira, o lucro contábil em IFRS incorporam mais significativamente o retorno econômico do que em GAAP brasileiro.

**Palavras-chave:** Conservadorismo. Conservadorismo Condisional. IFRS.

## ABSTRACT

The study deals with the conditional conservatism, defined as the opportunity for asymmetric recognition of gains and losses in earnings. The aim of this study is to investigate the level of conditional conservatism in financial statements prepared in accordance with IFRS adopted by Brazilian companies listed on BM&FBOVESPA. For this purpose, we used descriptive, documentary and quantitative. The population consists of the companies listed in BM&FBOVESPA excluding financial firms and those who did not have available the necessary data for analysis, which amounted to a sample of 291 companies. Data collection was performed using the software and Económatica® period corresponds to the years 2006 to 2010 to obtain statements before and after adherence to IFRS by companies surveyed. So we could check the level of conservatism used the regression model Basu (1997) processed in the Statistical Package for Social Sciences (SPSS). It was concluded that the financial statements prepared in accordance with IFRS are more conservative than those prepared in accordance with Brazilian's GAAP and IFRS accounting profit incorporates the economic return significantly more than in Brazilian's GAAP.

**Keywords:** Conservatism. Conditional Conservatism. IFRS.

## 1 INTRODUÇÃO

Ao final do exercício de 2007 o Brasil alterou a lei 6.404/76, das sociedades por ações, por meio da lei 11.638/07, com o propósito de se alinhar ao processo mundial de harmonização contábil. Neste processo de mudanças foi criado o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), como mecanismo de orientação e determinação das novas práticas contábeis alinhadas aos padrões internacionais. As alterações ocorrem de forma gradual, tendo o ano de 2010 como marco para a adoção do *International Financial Reporting Standards* (IFRS). Dentre as diversas alterações contempladas nas novas práticas contábeis constam os novos métodos de mensuração e reconhecimento de elementos patrimoniais e de resultado.

Embora com a existência de alterações dessa natureza, os princípios norteadores da contabilidade não sofrem modificações. Dentre tais princípios, destaca-se o conservadorismo contábil, tratado no Pronunciamento Conceitual Básico (2008) como prudência. O conservadorismo contábil determina que, em situações de incertezas que inevitavelmente envolvem certos eventos e circunstâncias, tais incertezas são reconhecidas pela divulgação da sua natureza e extensão e pelo exercício de prudência na preparação das demonstrações.

A prudência consiste no emprego de certo grau de precaução no exercício dos julgamentos necessários às estimativas em certas condições de incerteza, no sentido de que ativos ou receitas não sejam superestimados e que passivos ou despesas não sejam subestimados, conforme enuncia o CPC 00 (2008).

Diversos estudos tratam sobre o conservadorismo contábil e utilizaram a metodologia de Basu (1997) como Watts (2003a,b), Ryan (2006), Santos (2006), Coelho (2007), Yoon (2007), Santos e Costa (2008), Antunes *et al.* (2008), Coelho, Cia e Lima (2010), Moreira, Colauto e Amaral (2010) e Piot, Dumontier e Janin (2010). Pesquisas apontam que a adoção às IFRS, tem demonstrado variações consideráveis na qualidade da contabilidade e eficiência econômica entre os países e os sistemas de contabilidade internacional proporcionam um cenário interessante para examinar a economia e consequências dos relatórios financeiros (SODERSTROM e SUN, 2007).

Yoon (2007) verificou a qualidade da informação no processo de convergência contábil e considerou o conservadorismo como uma medida de qualidade da informação. O conservadorismo foi verificado por meio do modelo de Basu (1997) e concluiu que o processo de convergência contábil às normas internacionais não melhora a qualidade da informação sob a perspectiva do conservadorismo.

Coelho, Cia e Lima (2010) testaram o nível de conservadorismo condicional das empresas listadas no mercado americano em relação às normas contábeis brasileiras nos dois sistemas contábeis. Moreira, Colauto e Amaral (2010) analisaram o reflexo do conservadorismo condicional no resultado contábil a partir de variáveis econômicas, enquanto Piot, Dumontier e Janin (2010) verificaram o conservadorismo após adoção do IFRS na União Européia. Santos e Costa (2008), investigaram o nível de utilização do conservadorismo e da oportunidade (timeliness) da informação contábil nas demonstrações contábeis de empresas brasileiras com American Depository Receipt (ADRs) negociadas na Bolsa de Nova Iorque.

Considerando as alterações advindas da adoção dos IFRS e que estas possibilitem melhoria da informação contábil, cabe a discussão para a questão dos resultados contábeis e o conservadorismo após adoção das normas internacionais de contabilidade. Watts (2003a) sustenta que o conservadorismo contábil reduz a probabilidade dos valores dos ativos ou lucros estarem superestimados, diminuindo a probabilidade de ocorrência de distribuição de resultados.

Como as empresas brasileiras estão elaborando e publicando suas demonstrações contábeis com vistas aos pronunciamentos, orientações e interpretações do CPC, que guardam relação com as IFRS, surge a seguinte pergunta de pesquisa: Qual o nível de conservadorismo após a adoção da IFRS em empresas brasileiras listadas na BM&FBOVESPA?

Para tanto, o objetivo do estudo é investigar o nível de conservadorismo condicional nas demonstrações contábeis elaboradas segundo os IFRS adotados pelas empresas brasileiras listadas na BM&FBOVESPA.

Nesse contexto espera-se contribuir de maneira informacional quanto a necessidade de informação e ao comportamento dos resultados contábeis frente às novas práticas contábeis, sob a ótica do conservadorismo como pressuposto utilizado em situações que envolvam certo grau de incerteza.

A estrutura do estudo comprehende seis seções. Na primeira consta esta introdução que segue com o referencial teórico que dá sustentação ao estudo, com os principais aspectos conceituais de conservadorismo, conservadorismo condicional e incondicional e a adoção do IRFS na contabilidade brasileira. Na sequência, apresenta-se a metodologia da pesquisa utilizada, seguida da exposição dos resultados e sua análise. Por fim, descrevem-se as considerações finais do estudo, bem como as referências utilizadas.

## 2 REVISÃO DA LITERATURA

Com a aprovação da Lei no 11.638/07, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) passou a exigir das empresas de capital aberto a adequação de algumas normas IFRS para o exercício de 2008 e determinando a convergência completa para o exercício de 2010 por meio da Instrução Normativa no 457/2007 da CVM. Esta instrução dispõe que a partir do ano findo de 2010, todas as companhias brasileiras de capital aberto publiquem suas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com os padrões internacionais de contabilidade, conforme os pronunciamentos emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Essas duas fases de transição resultaram em três conjuntos normativos: as antigas normas contábeis brasileiras (Lei no 6.404/76); as normas da primeira fase de transição para IFRS (Lei nº 11.638/07, Lei no 11.941/09 e pronunciamentos do CPC de nos 01 a 14) e a adoção completa das normas (Full IFRS).

A orientação das entidades para o processo de migração às normas internacionais segue o procedimento inicial, por meio da aplicação da IFRS no 1 “que é feita uma única vez, produzindo demonstrações em conformidade com as IFRS e que contenha declaração explícita dessa conformidade” (ERNEST & YOUNG; FIPECAFI, 2010, p. 89).

Antunes, Antunes e Penteado (2007, p. 5), de forma resumida, explicam a aplicação dos IFRS pela primeira vez: “[...] reconhecer todos os ativos e passivos os quais o IFRS permite que sejam reconhecidos; baixar aqueles ativos, passivos e patrimônio líquido cujo reconhecimento não é permitido pelo IFRS; reclassificar os itens reconhecidos de acordo com os princípios contábeis anteriores, mas que são classificados de forma distinta segundo o IFRS; e mensurar todos os ativos e passivos de acordo com as normas internacionais”.

As bases teóricas e conceituais da contabilidade são constituídas de uma série de princípios que procuram direcionar a elaboração de informações que sejam úteis no processo de tomada de decisão dos diferentes usuários. O CPC (2008) e IASB - International Accounting Standards Board (2001) apontam cinco atributos presentes na informação confiável, quais sejam: (i) representação adequada; (ii) primazia da essência sobre a forma; (iii) neutralidade; (iv) integridade; e (v) prudência.

Especificamente o conceito de conservadorismo do IFRS também refere-se a prudência, em que a confiabilidade é afetada pelo uso de estimativas e incertezas associadas com os itens reconhecidos e mensurados nas demonstrações financeiras. Estas incertezas são tratadas, em parte, pela divulgação e, em parte, pelo exercício de prudência na preparação de demonstrações financeiras.

No Brasil, o pronunciamento conceitual básico trata da prudência, segundo o IFRS, quando se deparam com incertezas que inevitavelmente envolvem certos eventos e circunstâncias (CPC, 2008). Tais incertezas são reconhecidas pela divulgação da sua natureza e extensão e pelo exercício de prudência na preparação das demonstrações.

A informação deve ser neutra e confiável, para que proporcione a tomada de decisão de modo seguro sob essas informações. Essa abordagem é requerida pelo CPC na redação da Estrutura Conceitual Básica para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis, quando trata das características qualitativas das demonstrações contábeis e descreve a prudência em sua conceituação. “Prudência consiste no emprego de um certo grau de precaução no exercício dos julgamentos necessários às estimativas em certas condições de incerteza, no sentido de que ativos ou receitas não sejam superestimados e que passivos ou despesas não sejam subestimados” (CPC 00, 2008).

O conservadorismo é definido como a verificação diferenciada necessária para o reconhecimento de lucros contra perdas. Apesar das críticas, o conservadorismo parece não só ter sobrevivido na contabilização de muitos séculos, mas também ter aumentado nos últimos 30 anos (WATTS, 2003a). O autor descreveu as relações de conservadorismo, quanto a relação do lucro e o retorno das ações, e que este princípio contábil estabelece a exigência de um maior grau de verificação para os ganhos do que para perdas. Os ganhos são aumentos no valor dos ativos líquidos e as perdas são reduções no valor dos ativos líquidos.

Diferenças no grau de verificação podem ser determinadas pelas observações reais dos ganhos do ativo líquido e as perdas quando eles ocorrem e, em seguida, determinar se existe uma diferença na velocidade com que os ganhos e perdas são capturados pela contabilidade (BASU, 1997, p. 7).

Coelho (2007) menciona o conservadorismo em incondicional e condicional. O autor explica o conservadorismo incondicional como decorrente da regra entre duas alternativas de mensuração e reconhecimento de eventos, igualmente válidas, em que se escolhe aquela que resulte na menor avaliação do patrimônio motivado pelo grau de incerteza sobre os efeitos derivados de transações iniciadas. Para o conservadorismo condicional, Coelho (2007) explica que se refere à possibilidade de antecipar o reconhecimento contábil de perdas econômicas, ainda não realizadas, baseando-se em eventos atuais de cunho negativo, ou seja, reconhecer fatos econômicos de forma oportuna e assimétrica privilegiando as más notícias frente as boas notícias.

Conforme Moreira, Colauto e Amaral (2010, p. 64) “o conservadorismo condicional está ligado com a tendência de a contabilidade exigir um maior grau de verificação das boas notícias para reconhecê-las no resultado em relação ao grau de verificação das más notícias”.

O estudo de Basu (1997) apresentou evidências empíricas de que existe um maior grau de verificação das notícias ruins em relação às notícias boas pela contabilidade, desenvolvendo um modelo para captar tal reconhecimento assimétrico.

Piot, Dumontier e Janin (2010) verificaram em seus estudos que o conservadorismo não aparece de forma explícita, sendo encontrado nos princípios de órgãos norteadores da contabilidade como prudência. A posição do Financial Accounting Standards Board (FASB) na Declaração de Conceitos no 2, se refere a uma reação prudente, “incerteza para tentar garantir que a incerteza e os riscos inerentes a situações de negócios são adequadamente consideradas”.

Nesse contexto, a discussão se estabelece em torno do conservadorismo condicional, em que Piot, Dumontier e Janin (2010) tratam como um maior grau de verificabilidade para o livre reconhecimento de ganhos versus perdas. As perdas são reconhecidas assim que foram prováveis, ao passo que, os ganhos podem ser declarados somente quando eles forem certos. Para Basu (1997) o conservadorismo condicional reflete a utilidade na contratação e outros incentivos relacionados com as configurações de exigir, para fins de reconhecimento contábil, um maior nível de verificação de boas notícias do que más notícias. Basu não percebe o conservadorismo incondicional de ter qualquer utilidade na contratação devido à sua natureza independente das notícias.

Ball e Shivakumar (2005) apontam o conservadorismo condicional referindo-se ao fenômeno que enfatiza a associação entre a antecipação do registro e a possibilidade de perdas econômicas. Isto é diferente do conservadorismo incondicional, que divulga baixos valores de ativos e receitas independentemente de sinais de prováveis perdas econômicas.

Ryan (2006) destaca que o conservadorismo condicional envolve o reconhecimento mais oportuno de notícias ruins do que boas notícias nos lucros. O autor menciona ainda que o conservadorismo condicional envolve as empresas contabilizarem o valor contábil dos ativos líquidos em tempo hábil ao receber notícias ruins, mas não tão rapidamente quando recebem notícias boas, correspondentemente, como sendo este último o comportamento conservador.

Coelho (2007) reconhece que o conservadorismo condicional é quando se tem a possibilidade de antecipar o reconhecimento contábil de perdas econômicas, ainda não realizadas, baseada em eventos de cunho negativo, ou seja, escolher as más notícias antes das boas.

Segundo Santos *et al.* (2011, p. 4) “o conservadorismo condicional é definido como a oportunidade assimétrica de reconhecimento de ganhos e perdas no lucro contábil. Esta forma é igualmente chamada de conservadorismo do lucro”. Assim, o lucro contábil reflete as más notícias em uma base mais oportuna que as boas notícias, estabelecendo um padrão de reconhecimento assimétrico entre perdas e ganhos na contabilidade (SANTOS *et al.*, 2011).

### 3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Com a finalidade de descrever o nível de conservadorismo contábil, foi utilizado o modelo Basu (1997), que se baseia na premissa de que o comportamento dos preços das ações no mercado reflete a expectativa dos indivíduos em relação ao futuro da empresa. Dessa maneira, retornos positivos da ação corresponderiam a “boas notícias” e retornos negativos a “más notícias”.

Sob o pressuposto da existência de conservadorismo, o modelo contábil seria mais oportuno para o reconhecimento de “más notícias” em relação às “boas notícias”. Tal fato é justificado pelo maior grau de verificabilidade exigido para ativos e receitas.

Assim foi realizada uma pesquisa descritiva, com o intuito de descrever o grau de conservadorismo condicional em empresas listadas na BM&FBOVESPA, após a adoção das normas internacionais de contabilidade. Conforme Gil (2002, p. 42), a pesquisa descritiva “tem como objetivo primordial a descrição de características de determinada população ou fenômeno, ou então o estabelecimento de relações entre as variáveis”.

A estratégia da pesquisa é documental, definida por Martins e Theóphilo (2007) se caracteriza pela busca de materiais editados. Nessa pesquisa serão utilizados dados levantados das demonstrações contábeis publicadas pelas empresas objeto de estudo, por meio do software Economática® e dos dados disponibilizados no sitio da BMF&BOVESPA, relativos ao período de 2006 a 2010. As variáveis

exigidas para o modelo Basu (1997), o lucro líquido contábil por ação, retorno econômico e preços das ações, foram obtidos por meio deste software.

Quanto à abordagem do problema o estudo caracteriza-se como quantitativo, com tratamento estatístico dos dados. Este tipo de abordagem visa “organizar, sumarizar, caracterizar e interpretar os dados numéricos coletados, [...] utilizando métodos e técnicas estatísticas” (MARTINS e THEÓPHILO, 2007).

Da população, estabelecida pelas empresas listadas na BM&FBOVESPA no período de 2006 a 2010, excluem-se as empresas financeiras, e aquelas que não disponibilizaram os dados necessários para análise, o que totalizou uma amostra de 291 empresas.

Para que fosse possível verificar o nível de conservadorismo pretendido com o estudo, utilizou-se o modelo de regressão Basu (1997), que conforme Piot, Dumontier e Janin (2010) é ainda a forma mais relevante para captar a oportunidade assimétrica na incorporação de boas ou más notícias em lucros contábeis. Segundo Santos e Costa (2008, p. 31) “o modelo de Basu (1997) permite estudar as variáveis lucro, retorno, boas e más notícias”.

O modelo escolhido para o estudo consiste em uma maneira de buscar a captação da oportunidade da informação contábil, por meio do grau de associação entre o retorno de mercado da ação e o resultado contábil, diferenciando-o para empresas que tiveram retornos negativos versus positivos da ação.

A ideia subjacente ao modelo analítico adotado é que o preço das ações é mais importante que o lucro contábil porque reflete informações recebidas de outras fontes além do lucro corrente (BASU, 1997).

Desse modo, em uma regressão linear conforme proposta de Basu (1997), a relação lucro-retorno é prevista para ser mais forte para retornos negativos inesperados que para retornos positivos inesperados. O modelo Basu (1997) é definido na equação:

$$LLit/Pit-1 = \beta_0 + \beta_1 D_{it} + \beta_2 R_{dit} + \beta_3 D_{it} * R_{dit}$$

Onde:

LLit = Lucro líquido por ação i no ano t;

Pit-1 = Preço da ação da empresa i no ano t;

Dit = Variável dummy será 1 se o retorno econômico for negativo e zero para retorno econômico for positivo;

Rdit = Retorno econômico por ação da empresa i no ano t;

$\beta_1$  e  $\beta_3$  = Refletem o reconhecimento assimétrico do retorno econômico, as boas e más notícias, pelo lucro contábil;

$\beta_2$  = Reflete a oportunidade do lucro contábil, retorno econômico pelo lucro contábil utilizando-se a variável dummy para verificar se o lucro contábil é mais sensível aos resultados econômicos negativos que aos resultados positivos;

Os coeficientes  $\beta_1$  e  $\beta_3$  são definidos como os coeficientes que refletem o nível de conservadorismo por meio do retorno econômico pelo lucro contábil. Quando o  $\beta_1$  for negativo e o  $\beta_3$  positivo, evidencia-se o conservadorismo.

Atendendo a perspectiva da adoção das normas internacionais de contabilidade pela harmonização das normas contábeis brasileiras ao modelo do IFRS, pode haver interferência da utilização do

conservadorismo no lucro contábil nas empresas listadas na BM&FBOVESPA. Assim, esta pesquisa estabeleceu as seguintes hipóteses a serem testadas nas empresas listadas:

H1: As demonstrações contábeis elaboradas segundo os IFRS são mais conservadoras que as demonstrações elaboradas segundo os GAAP brasileiros.

H2: O lucro contábil em IFRS incorpora mais significativamente o retorno econômico que em GAAP brasileiro.

O cálculo da regressão foi efetuado após a coleta e tabulação dos dados em planilha eletrônica e uso subsequente do software de estatística Statistical Package for the Social Sciences (SPSS).

A utilização do modelo de Basu (1997) nesta pesquisa se justifica pelo seu uso em diferentes pesquisas para verificação do conservadorismo condicional. Coelho e Lima (2007) investigaram a presença do conservadorismo condicional nas demonstrações contábeis das sociedades por ações brasileiras entre 1995 e 2005. Os autores concluíram que os gestores das empresas em questão não praticam o conservadorismo condicional, embora se constate reversão dos componentes transitórios do lucro em maior magnitude no caso de variações negativas do lucro antecedente.

Santos (2006) verificou o grau de conservadorismo nos relatórios contábeis de empresas brasileiras negociadas nos mercados brasileiro e norte-americano, nas versões publicadas seguindo as regras dos BR-GAAP e os padrões dos US-GAAP entre os anos de 1999 e 2004. Os resultados obtidos por meio do modelo de Basu (1997) não forneceram dados suficientes para verificar o nível de conservadorismo entre os GAAP, constatando-se que não houve mudanças significativas no nível de conservadorismo entre BR-GAAP e US-GAAP.

Barth, Landsman e Lang (2008) analisaram a qualidade da informação contábil e sua associação com a aplicação das normas internacionais de contabilidade. Concluíram que empresas que aplicaram as normas internacionais em 21 países evidenciaram reconhecimento de perdas mais oportunas, ou seja, o reconhecimento da perda é mais rápido que a do ganho.

Kaizer *et al.* (2010) investigaram o conservadorismo entre empresas do setor elétrico que sofrem incidência de regulamentação e de empresas que não sofrem incidência de regulamentação no período de 1998 a 2006. Constataram que a incidência de regulamentação contábil específica pode influenciar no lucro contábil e, consequentemente, influenciar a aplicação do conservadorismo nas empresas.

Moreira, Colauto e Amaral (2010) analisaram o reflexo do conservadorismo condicional no resultado contábil para uma amostra de 96 empresas no período de 2005 a 2007. Os autores utilizaram de informações anuais disponíveis na Economática® e dados reportados em notas explicativas. Os resultados obtidos confirmaram a hipótese de utilização de conservadorismo condicional na mensuração do resultado das empresas da amostra e reflete diferenciação positiva quanto ao grau de conservadorismo para as empresas que aderiram aos níveis de governança.

Piot, Dumontier e Janin (2010) utilizaram o modelo de Basu (1997) em um estudo que envolveu empresas de 22 países europeus no período de 2001 a 2008. Os autores concluíram que o conservadorismo condicional diminuiu com a adoção das IFRS comparativamente ao período que antecedeu a adoção das normas internacionais.

#### 4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Inicialmente utilizou-se de estatística descritiva para demonstrar o comportamento das variáveis necessárias para o cálculo da regressão conforme o modelo Basu (1997), sendo o lucro por ação, o preço por ação e o retorno econômico. O resultado encontra-se demonstrado na Tabela 1.

**Tabela 1 – Lucro por ação, preço por ação e retorno econômico**

ESTATÍSTICA	2006	2007	2008	2009	2010
<b>LUCRO DA AÇÃO</b>					
<b>Média</b>	5,680565492	4,597442751	2,507371686	1,041398	0,942131
<b>Mediana</b>	0,231336688	0,110920945	0,193251974	0,513336	0,621458
<b>Desvio-Padrão</b>	51,27039345	52,20606853	28,46577869	5,881618	7,166441
<b>PREÇO DA AÇÃO</b>					
<b>Média</b>	92,53054499	80,16525153	71,05429829	18,89294	15,17202
<b>Mediana</b>	6,410677715	6,889866846	6,674426697	7,462585	8,537371
<b>Desvio-Padrão</b>	550,0945592	434,9588559	414,1532629	32,40008	18,54308
<b>RETORNO ECONÔMICO</b>					
<b>Média</b>	-15,7803369	-12,36529346	-0,872415088	-1,44971	1,281798
<b>Mediana</b>	0,015727308	0,265928706	0,557929743	0,047861	0,671439
<b>Desvio-Padrão</b>	207,2274619	160,0559903	266,508717	10,84155	6,58322

Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se na Tabela 1 que a média de lucro por ação diminuiu anualmente nos períodos em análise, em função do preço da ação ter reduzido. Ressalta-se que a partir de 2009, houve uma redução menor quanto ao preço da ação, ou seja, as empresas tiveram resultados com menores disparidades do que em anos anteriores.

O lucro por ação reduziu em proporção maior que o preço da ação, no decorrer dos períodos analisados. O retorno econômico apresenta melhorias significativas a partir de 2008, que pode ser observado por meio dos resultados da média. Este resultado pode ser considerado para um número considerável de empresas da amostra, ou seja, a maioria das empresas analisadas a partir de 2009 encontra-se em situação favorável no que concerne o retorno econômico. Esta situação favorável é observada diante da redução do desvio padrão que passou de 266,50 (2008) para 10,84 (2009) e 6,58 (2010).

A redução da disparidade dos resultados entre as empresas é pelos resultados encontrados no desvio padrão, na mediana do lucro por ação e do preço da ação de forma significativa, a partir de 2009.

Ryan (2006) expõe que o conservadorismo condicional envolve o reconhecimento mais oportuno de notícias ruins do que boas notícias nos lucros. Dessa maneira, acontece a redução dos lucros à medida que se utiliza da prudência quando existem duas situações válidas, entre boas e más notícias. Há indícios de conservadorismo contábil à medida que o lucro diminui e o retorno aumenta fato que pode ter acontecido em função de escolhas conservadoras.

Nesse contexto, para análise do conservadorismo condicional contábil por meio do modelo proposto por Basu (1997) apresentam-se as Tabelas 2 e 3.

**Tabela 2 – Regressão do período de 2006 a 2008**

VARIÁVEIS	2006		2007		2008	
	COEFICIENTE	P-VALUE	COEFICIENTE	P-VALUE	COEFICIENTE	P-VALUE
D <sub>it</sub>	3,868	,474	12,222	,151	-9,550	,003
R <sub>dit</sub>	,327	,086	,140	,048	,255	,000
D <sub>it</sub> *R <sub>dit</sub>	-,483	,012	-,161	,031	-,261	,000
R <sup>2</sup>	0,401		0,300		0,547	
Sig F	0,00		0,076		0,000	
Nº de observações	262		229		264	

Fonte: Dados da pesquisa.

**Tabela 3- Regressão do período de 2009 a 2010**

VARIÁVEIS	2009		2010	
	COEFICIENTE	P-VALUE	COEFICIENTE	P-VALUE
D <sub>it</sub>	-97725,825	,140	-350529,041	,444
R <sub>dit</sub>	-33,201	,657	-389,256	,751
D <sub>it</sub> *R <sub>dit</sub>	33,040	,755	793,976	,980
R <sup>2</sup>	0,016		0,004	
Sig F	0,513		0,854	
Nº de observações	144		203	

Fonte: Dados da pesquisa.

Nas análises de regressão linear múltipla efetuadas, considerando o modelo de Basu (1997), foram retirados os valores discrepantes da amostra (outleirs) para que a amostra pudesse atender ao pressuposto da linearidade dos dados, conforme ressaltam Cunha e Coelho (2007, p.155).

Conforme Cunha e Coelho (2007) a variação que ocorre na variável dependente é explicada pelas variações ocorridas nas variáveis independentes (Dit, Rit e Dit\*Rit) e essa relação é mensurada pelo coeficiente de R<sup>2</sup>, que apresentou relação de 40,1% (2006), 30,0% (2007), 54,7% (2008), 1,6% (2009) e 0,4% (2010).

Considerando o nível de significância do modelo e das variáveis em 5%, o que é representado pelo Sig F no ano de 2009 e 2010 de 0,513 e 0,854 respectivamente, verifica-se que o modelo não se mostrou significativo. Observa-se também que o p-value dos anos de 2009 e 2010 apresenta-se maior que 0,05, o que demonstra que não há significância estatística.

O conservadorismo encontrado por meio do modelo de Basu (1997) é definido pelos coeficientes  $\beta_1$  (Dit) e  $\beta_3$  (Dit\*Rit) em que é possível inferir que nos anos de 2006 e 2007, não se apresentou indícios de conservadorismo contábil, visto que, os coeficientes indicam a escolha de políticas não conservadoras que impactaram em retornos econômicos negativos de -0,483 (2006) e -0,161 (2007), período que precede a adoção das normas internacionais de contabilidade.

O resultado de 2008 demonstra-se atípico se comparado com os anos anteriores e posteriores com coeficiente negativo para a variável Dit \*Rdit, e positivo para a variável retorno econômico. Infere-se que o comportamento conservador não resultou em retornos positivos, apresentando-se escolhas conservadoras que impactaram em retornos negativos de -0,261. Ressalta-se que 2008 foi o ano inicial para adoção das IFRS no Brasil.

Em 2009 e 2010, mesmo com Sig F e p-value maiores que 5%, os coeficientes encontrados apresentam escolhas conservadoras com retornos positivos, à medida que o  $\beta_1$  apresentou - 97725,825 (2009) e -350529,041 (2010) e que o  $\beta_3$  foi de 33,040 (2009) e 793,976 (2010).

Os resultados vão ao encontro do que foi apresentado na estatística descritiva, em que a partir de 2008 apresenta-se melhoria no retorno econômico das empresas em análise, pois mesmo com a redução do lucro e do preço da ação, o retorno econômico passa a ser positivo somente em 2010.

Verifica-se que a partir da adoção das IFRS as escolhas contábeis demonstram-se ser conservadoras, o que converge com a pesquisa de Barth, Landsman e Lang (2008) ao constatarem que as empresas de 21 países evidenciaram o reconhecimento de perdas mais rápido que os ganhos à medida que adotaram as normas internacionais de contabilidade, podendo ser corroborado com os resultados da análise estatística descritiva.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo investigou o nível de conservadorismo condicional nas demonstrações contábeis elaboradas segundo os IFRS adotados pelas empresas brasileiras listadas na BM&FBOVESPA. Para tanto realizou-se uma pesquisa descritiva, documental e de cunho quantitativo. Foi utilizado o modelo proposto por Basu (1997), que estudou o conservadorismo com seu reconhecimento por meio do lucro contábil.

Com os dados encontrados é possível confirmar as hipóteses de que as demonstrações contábeis elaboradas segundo os IFRS são mais conservadoras do que as elaboradas segundo os GAAP brasileiros e que o lucro contábil em IFRS incorpora mais significativamente o retorno econômico do que em GAAP brasileiro.

Infere-se que a apresentação dos resultados, sob o pressuposto do conservadorismo, melhorou o retorno econômico mesmo com redução do lucro e do preço da ação, conforme demonstrado no resultado da pesquisa.

Essas conclusões convergem com as pesquisas de Coelho e Lima (2007) e Piot, Dumontier e Janin (2010), que utilizaram o modelo Basu (1997) para mensuração do nível de conservadorismo, confirmando-se que o conservadorismo diminui como proxy assimétrica de boas versus más notícias. Converge ainda com o estudo de Barth, Landsman e Lang (2008) que concluíram que o nível de conservadorismo melhora a qualidade da informação em empresas que adotaram as normas internacionais. Tais resultados demonstram que a adoção das normas internacionais de contabilidade denota melhoria na qualidade da informação contábil por meio da análise do conservadorismo contábil.

Sugerem-se novas pesquisas que comparem o nível de conservadorismo com maior abrangência quanto aos anos das demonstrações contábeis divulgadas e posterior a adoção total das normas internacionais, como maneira mais abrangente de verificar a questão do conservadorismo, além da possibilidade de utilização de outros modelos de mensuração do conservadorismo contábil.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, G. A. et al.. Empresas estatais federais e empresas do novo mercado da Bovespa: um estudo comparativo acerca da qualidade da informação contábil utilizando dados em painel. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 8, 2008, Anais... São Paulo: FEA-USP, 2008.

ANTUNES, J.; ANTUNES, G. M. B.; PENTEADO, A. A convergência contábil brasileira e a adoção das normas internacionais de contabilidade: O IFRS-1. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 11, 2011, *Anais...* São Paulo: FEA-USP, 2011.

BALL, R.; SHIVAKUMAR, L.. Earnings quality in UK private firms: comparative loss recognition timeliness. *Journal of Accounting and Economics*, Amsterdam, v. 39, p. 83-128, 2005.

BARTH, M. E.; LANDSMAN, W. N.; LANG, M. H. International accounting standards and accounting quality. *Journal of Accounting Research*. v. 46 n. 3, Jun. 2008. DOI: 10.1111/j.1475-679X.2008.00287.x.

BASU, S. The conservatism principle and the asymmetric timeliness of earnings. *Journal of Accounting and Economics*, n. 24, p. 3-37, 1997.

BRASIL. **Lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007**. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 7 maio 2011.

COELHO, A. C. D. **Qualidade informacional e conservadorismo nos resultados contábeis publicados no Brasil**. 2007. 240 f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) - Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração, e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

COELHO, A. C. D.; CIA, J. N. de S.; LIMA, I. S. Conservadorismo condicional na divulgação de lucros em companhias abertas brasileiras: diferenças entre emissoras e não emissoras de ADRs e entre sistemas contábeis. *Revista de Administração Mackenzie*, v. 11, n. 1, jan-fev. p. 117-149, 2010.

COELHO, A. C.; LIMA, I. S.. Qualidade informacional e conservadorismo nos resultados contábeis publicados no Brasil. *Revista de Contabilidade e Finanças*, v. 18, n. 45, set-dez, p. 38 – 49, 2007.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Instrução CVM 457 de 13 de julho de 2007**. Dispõe sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board - IASB. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 19 out. 2011.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento conceitual básico**. Estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis. Correlação as Normas Internacionais de Contabilidade. Estrutura para a Preparação e a Apresentação das Demonstrações Contábeis, 2008. Disponível em: <[www.cpc.gov.br](http://www.cpc.gov.br)>. Acesso em: 19 out. 2011.

CUNHA, J. V. A. da; COELHO, A. C.. **Regressão linear multiplia**. In: Análise multivariada para os cursos de administração, ciências contábeis e economia. São Paulo: Atlas, 2007

ERNEST & YOUNG; FIPECAFI. **Manual de normas internacionais de contabilidade IFRS versus normas brasileiras**: novos pronunciamentos contábeis. v. 2. Atlas: São Paulo, 2010.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KAISER, C. V. C.; NOSSA, S. N.; TEIXEIRA, A. J. C.; BAPTISTA, É. C. S. O Impacto da regulamentação contábil sobre o conservadorismo nas empresas do setor elétrico do brasileiro. *REPeC - Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, v. 3, n. 1, art. 1, p. 1-24, jan/abr. Brasília, 2009.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R.. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007

MOREIRA, R. de L.; COLAUTO, R. D.; AMARAL, H. F.. Conservadorismo condicional: estudo a partir de variáveis econômicas. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 21, n. 54, p. 64-84, set-dez. São Paulo, 2010.

PIOT, C.; DUMONTIER, P.; JANIN, R. **IFRS consequences on accounting conservatism within Europe**. SSRN Working Paper, 2010. Disponível em: <<http://www.ssrn.com>>. Acesso em: 27 Out. 2011.

RYAN, S. G. Identifying conditional conservatism. **European Accounting Review**. v. 15, n. 4, p. 511-525, 2006.

SANTOS, L. P. G. dos; LIMA, I. S.; LIMA, G. A. S. F. de; FREITAS, S. C. de F. Efeito da Lei 11.638/07 sobre o conservadorismo condicional das empresas listadas BM&FBOVESPA. **Revista de Contabilidade & Finança**, v. 22, n. 56, p. 174-188, maio/jun./jul./ago. 2011

SANTOS, L. S. R. dos. **Conservadorismo contábil e timeliness: evidências empíricas nos demonstrativos contábeis em US GAAP e BR GAAP das empresas brasileiras com ADRs negociadas na Bolsa de Nova Iorque**. Vitória: 2006. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da FUCAPE.

SANTOS, L. S. R. dos; COSTA, F. M. da C.. Conservadorismo Contábil e Timeliness: evidências empíricas nas demonstrações contábeis de empresas brasileiras com ADRs negociados na Bolsa de Nova Iorque. **Revista de Contabilidade & Finanças**. v. 19, n. 48 p. 27-36 . Set-Dez, 2008.

SODERSTROM , N.; SUN, K. J. . **IFRS Adoption and Accounting Quality: A Review**. SSRN Working Paper ,2007. Disponivel em: <<http://www.ssrn.com>>. Acesso em: 27 Out. 2011.

WATTS, R. L. Conservatism in accounting part I: explications and implications. **Accounting Horizons**, v. 17, n. 3, p. 207-221, Set. 2003a.

\_\_\_\_\_. Conservatism in accounting part II: evidence and research opportunities. **Accounting Horizons**, v. 17, n. 4, p. 287-301, Dez. 2003b.

YOON, S. **Accounting quality and International accounting convergence**. 2007. 107 f. Tese (Doutorado) - Faculty of The Graduate College of The Oklahoma State University, Oklahoma, 2007.